



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638661 - SC (2021/0001489-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : TIAGO COUTO MUNIZ (PRESO)
CORRÉU : JOSE MARIO ROECKER
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TIAGO COUTO MUNIZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0002893-26.2019.8.24.0075).

O paciente foi condenado às penas de 3 meses de detenção em regime semiaberto e de 8 anos e 6 meses de reclusão em regime fechado, por infração ao art. 307 do CTB e art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta a desproporcionalidade na exasperação da pena-base, pleiteando a fixação no mínimo legal.

Alega, ainda, que a elevação da pena em 1/3 em razão da multirreincidência teria sido excessiva, devendo ser reduzida a fração para 1/5.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação até o julgamento final deste *writ* e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que a pena do paciente seja redimensionada nos termos delineados na impetração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente